

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2016

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR045359/2015
DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO: 05/08/2015 ÀS 18:37
NÚMERO DO PROCESSO: 46207.006865/2015-59
DATA DO PROTOCOLO: 06/08/2015
SIND TRAB V. EMP TRAB AVULSOS ARMAZ GERAIS COM CAFE EM GERAL IMP E EXP NO ES, CNPJ n. 31.795.644/0001-47, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DAVID FREIRE;

E
SINDICATO DO COMERCIO DE CAFE EM GERAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, CNPJ n. 27.551.282/0001-71, neste ato representado(a) por seu Membro da Junta Governativa, Sr(a). CARLOS AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2015 a 31 de maio de 2016 e a data-base da categoria em 01º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Os empregados com vínculo empregatício nos armazéns gerais, comércio de café em geral e exportação e importação no Estado do Espírito Santo**, com abrangência territorial em **ES**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A partir de 1º de junho de 2015, nenhum empregado pertencente à categoria dos trabalhadores com vínculo empregatício nos armazéns gerais, comércio de café em geral e importação e exportação no Estado do Espírito Santo, poderá perceber salário inferior a **R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)**.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Concede-se a todos os empregados com vínculo empregatício nos armazéns gerais, comércio de café em geral e exportação e importação no Estado do Espírito Santo, a partir de 1º de junho de 2015, **um reajuste salarial de 7,0% (sete inteiros por cento)**, relativo ao período de 1º de junho de 2014 a 31 de maio de 2015.

Parágrafo Primeiro: Fica expressamente autorizada a compensação pelas empresas de todas as

antecipações salariais espontâneas concedidas no período de 1º de junho de 2014 até 31 de maio de 2015, ressalvados os aumentos reais e as promoções individuais;

Parágrafo Segundo: Respeitados os princípios da isonomia, equidade e irredutibilidade dos salários, todos os empregados admitidos a partir de 1º de junho de 2014 até 31 de maio de 2015, terão os seus salários reajustados com base no percentual de 7,0% (sete inteiros por cento), mencionado no *caput* desta cláusula, “*pro rata tempore*”, contados a partir da data de admissão até a data base.

Pagamento de Salário Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS QUINZENAIS/MENSAIS

As empresas se comprometem a efetuar o pagamento dos vencimentos de seus empregados na forma a seguir:

- a) Até o dia 15 (quinze) de cada mês: mínimo de 33,0% (trinta e três por cento) até 40,0% (quarenta por cento) do valor dos vencimentos;
- b) Até o quinto dia útil do mês seguinte o saldo remanescente da remuneração.

Parágrafo Primeiro - Fica facultado ao empregado receber o adiantamento quinzenal. Caso pretenda exceder esse direito, deverá fazê-lo por escrito informando a empresa o seu interesse.

Parágrafo Segundo - Durante a vigência desta Convenção e desde que a inflação supere a 10% (dez por cento) ao mês, os empregadores fornecerão adiantamento salarial aos empregados, equivalente a 40% (quarenta por cento) do salário, até o 15º (décimo quinto) dia corrido do pagamento do salário do mês anterior.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA SEXTA - LIDER DE GRUPO

As empresas ficam autorizadas a pagar adicional de 20% (vinte por cento) do salário base do empregado para aqueles que estejam no exercício da liderança de grupo, times ou equipes de trabalho, enquanto durar a designação das tarefas, limitada a um período de até 4 (quatro) meses.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

Ficam acordados os seguintes percentuais para pagamento das horas extras:

- a) 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras horas trabalhadas por dia;
- b) 100% (cem por cento) para as demais horas trabalhadas por dia, até o limite de 02 (duas) horas.

Parágrafo Primeiro: O percentual de 100% (cem por cento) prevalecerá também para os dias de repouso semanal remunerado e feriados trabalhados.

Parágrafo Segundo: Em casos excepcionais que implique em prejuízos iminentes ao empregador, fica autorizada a dilação do limite excedente estabelecido na alínea “b”, devendo a empresa comunicar o fato ao Sindtrages.

Adicional Noturno

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

Fica acordado em 25% (vinte e cinco por cento) o adicional a ser aplicado no cálculo do adicional noturno para os trabalhos que se realizarem no período das 22h00min de um dia às 5h00min do dia seguinte.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA NONA - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

Concede-se a todos os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, mensalmente, com abrangência sobre os meses trabalhados e do gozo de férias vale refeição não inferior a R\$ 236,50 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), estando, entretanto, excluídas da obrigação as empresas que possuem restaurante interno ou terceirizado.

Parágrafo Primeiro: As empresas descontarão dos empregados, parcela correspondente ao benefício, conforme o escalonamento a seguir:

- a)** até três salários normativos, correspondentes a R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), parcela correspondente a 1% (um por cento) do benefício;
- b)** de RR\$ 2.850,01 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais e um centavo) até R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais), correspondentes a 5 (cinco) salários normativos, parcela de 10% (dez por cento) sobre o benefício e,
- c)** Acima de R\$ 4.750,01 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais e um centavo), aplica-se o limite permitido pelo sistema PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei 6.321/76 e alterações posteriores sobre o benefício.

Parágrafo Segundo: As empresas que possuem restaurante próprio ou terceirizado ficam obrigadas a concederem aos empregados no período de férias Vale Refeição e/ou Alimentação.

Parágrafo Terceiro: Nos pagamentos de férias indenizadas e proporcionais não será concedido o Vale

Refeição e/ou Alimentação.

CLÁUSULA DÉCIMA - CESTA BÁSICA ALIMENTAR

Com o objetivo de complementar a alimentação familiar dos seus empregados as empresas se comprometem a conceder Vale Alimentação no valor mensal de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, a título de cesta básica alimentar, acrescido ao benefício estabelecido na Cláusula Programa de Alimentação do Trabalhador, independente dos valores já pagos a título de Vale Refeição.

Parágrafo Primeiro: As empresas descontarão dos empregados, parcela correspondente ao benefício, conforme o escalonamento a seguir:

a) até três salários normativos, correspondentes a R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), parcela correspondente a 1% (um por cento) do benefício;

b) de RR\$ 2.850,01 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais e um centavo) até R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais), correspondentes a 5 (cinco) salários normativos, parcela de 10% (dez por cento) sobre o benefício e,

c) Acima de R\$ 4.750,01 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais e um centavo), aplica-se o limite permitido pelo sistema PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei 6.321/76 e alterações posteriores sobre o benefício.

Parágrafo Segundo: O benefício lançado no caput será concedido cumulativamente ao da Cláusula anterior. Entretanto, caso ocorra da empresa conceder quaisquer dos benefícios através de Vale Refeição e/ou Alimentação em valor igual ou superior fica desonerada de fornecê-los cumulativamente.

Parágrafo Terceiro: As empresas que possuem restaurante próprio ou terceirizado ficam obrigadas a concederem aos empregados no período de férias Vale Refeição e/ou Alimentação.

Parágrafo Quarto: Nos pagamentos de férias indenizadas e proporcionais não será concedido o Vale Refeição e/ou Alimentação.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PLANO DE SAÚDE

Fica instituído **Plano de Saúde Ambulatorial** para todos os empregados em armazéns gerais, comércio de café em geral e exportação e importação no Estado do Espírito Santo, conforme pleito feito pelo **Sindtrages**, ficando facultado ao empregador implantar qualquer Plano de Saúde, nos seguintes termos:

a) O valor do Plano de Saúde Ambulatorial mencionado no “caput” terá os seguintes parâmetros de referência:

a.1) O empregador pagará a quantia de **R\$ 70,20 (setenta reais e vinte centavos)**, somente para o trabalhador titular do vínculo empregatício, cuja faixa etária situar-se entre 18 (dezoito) e 43 (quarenta e três) anos, não extensivo aos seus dependentes e/ou familiares;

a.2) Para a faixa etária acima de 43 (quarenta e três) anos, o empregador pagará, somente para o trabalhador titular do vínculo empregatício, a importância de **R\$ 107,21 (cento e sete reais e vinte um centavos)**, não extensivo aos seus dependentes e/ou familiares.

b) Fica autorizado ao empregador proceder o desconto mensal de até 50% (cinquenta por cento) dos valores constantes das alíneas a.1 e a.2, do caput, como forma de subvenção ao Plano de Saúde.

Parágrafo Primeiro: Visando a busca de redução dos custos para empregados e empregadores, controle dos usuários sobre a qualidade dos serviços, e a facilitação de contratação de Plano de Saúde pelas empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, poderá realizar-se entre as empresas seguradoras e/ou operadoras de planos de saúde credenciadas pelos Sindicatos celebrantes, nos termos desta norma coletiva.

Parágrafo Segundo: Caso o empregador já tenha contratado Plano de Saúde, inclusive de maior cobertura, não estará obrigado a realizar a contratação de Plano de Saúde, podendo o empregado optar em aderir ao Plano de Saúde de menor custo, mantendo-se a contribuição mínima de 50% (cinquenta por cento) devido pelo empregador estabelecidas nas alíneas a.1 e a.2 do caput.

Parágrafo Terceiro - A empresa que mantém ou venha manter Plano de Saúde próprio ou que aderir ao eventual Plano de Saúde conveniado pelo Sindicato Patronal, não poderá fornecê-lo em nível inferior de atendimento, benefícios e/ou abrangência dos termos aqui estabelecidos.

Parágrafo Quarto - O pagamento da diferença total entre o Plano Ambulatorial custeado pelo empregador com aquele que o empregado vier a contratar será descontado em folha de pagamento, mediante prévia e expressa autorização do empregado, nos termos da Súmula nº 342, do Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo Quinto - Caso o trabalhador já possua Plano de Saúde na qualidade de dependente, fica o empregador desobrigado de contratar o plano previsto no “caput”.

Parágrafo Sexto - O valor resultante da participação ao Plano de Saúde do trabalhador pago pelo empregador, não será considerado, em nenhuma hipótese e para nenhum efeito, como remuneração do trabalhador, não podendo ser objeto de postulação indenizatória ou de integração a verba salarial.

Parágrafo Sétimo - O trabalhador poderá optar pela sua não participação ao Plano de Saúde, ficando a empresa desobrigada de efetuar, em relação a ele, o pagamento a que alude os valores mencionados nas alíneas a.1 ou a.2, conforme o caso, nos limites do inciso I do caput, para o custeio correspondente.

Parágrafo Oitavo – A adesão às condições previstas a Plano de Saúde aqui ajustado, e que integra ao presente instrumento, é facultativo em relação ao trabalhador, que poderá a qualquer época, manifestar seu pedido de exclusão. Caso assim proceda, a empresa fica desobrigada de realizar, a contribuição de custeio correspondente.

Parágrafo Nono - Caso haja recusa do trabalhador em aderir às condições de plano de saúde aqui ajustadas, por qualquer que seja o motivo, o empregado deverá declarar esta hipótese por escrito, entregando à empresa essa opção.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEGURO DE VIDA

Obrigam-se as empresas a pagar apólice de seguro de vida de seus empregados que cubram indenizações

mínimas de:

- a) Morte natural = R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);
- b) Morte acidental = R\$ 19.440,00 (dezenove mil quatrocentos e quarenta reais);
- c) Invalidez permanente = R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);
- d) Auxílio Funeral ao Titular = R\$ 2.916,00 (dois mil, novecentos e dezesseis reais).

Parágrafo Único: As empresas que através de outras apólices de igual natureza contratarem valores de seguro de vida, cujos prêmios sejam iguais ou superiores aos montantes aqui previstos, ficam desobrigadas em implementar o benefício.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GESTANTE

Fica assegurada à empregada gestante, ao término da licença maternidade, a estabilidade no emprego, a partir da data do parto até o prazo de 90 (noventa) dias após o término da licença obrigatória, devendo a empregada, mediante atestado médico, notificar o seu empregador.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ACIDENTE DE TRABALHO

É assegurada ao empregado acometido de acidente de trabalho a garantia do emprego pelo prazo mínimo de doze meses que será contado a partir do primeiro dia seguinte ao do término do benefício concedido pela previdência social, excluídos os casos de rescisão do contrato por justa causa.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIA DE EMPREGO

Defere-se a garantia de emprego durante 12 (doze) meses que antecede a data em que o empregado adquira direito à aposentadoria voluntária, desde que trabalhe na empresa, no mínimo, 05 (cinco) anos ininterruptos. A concessão cessará na data em que o empregado adquirir direito à aposentadoria.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

As empresas ficam autorizadas a instituírem o banco de horas visando compensar as horas suplementares praticadas pelos empregados, nos termos previstos nos artigos 59 e seus parágrafos, 60 da CLT e Art. 7º, inciso XIII da Constituição Federal, desde que aprovada pela maioria de seus empregados em votação livre e secreta e com participação do Sindicato Obreiro.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUBSTITUIÇÃO DE FÉRIAS

Em caso de substituição de empregado por motivo de férias, doença ou licença, as empresas pagarão ao substituto, durante o período em que durar a substituição, salário igual ao do substituído excluída as vantagens pessoais e desde que também a substituição seja igual ou superior a 20 (vinte) dias.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - USO DO UNIFORME

As empresas ficam obrigadas a custear as despesas decorrentes de dois jogos de uniforme por ano, a cada um de seus empregados que exerçam atividades de natureza operacional no ambiente interno dos armazéns.

CIPA composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CIPA

As empresas se comprometem a enviar para o Sindtrages cópia da ata de eleição e posse dos componentes eleitos da CIPA.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FIXAÇÃO DE OUTRAS VANTAGENS AOS ASSOCIADOS E SINDICALIZADOS

Fica convencionado que, durante a vigência da presente Convenção, poderá o SINDTRAGES ofertar outras vantagens de natureza econômica e social aos seus associados e sindicalizados, onde ficará ao empregado responsável pelo pagamento integral das despesas efetuadas que deverão ser descontadas em folha de pagamento, mediante autorização prévia e por escrita entregue ao empregador, nos termos da Súmula 342 do TST.

Parágrafo Primeiro: Dentre as vantagens a serem estipuladas pela entidade laboral estão as seguintes: CARTÃO DE COMPRAS, PLANO ODONTOLÓGICO; SEGURO DE VIDA e PLANO DE SAÚDE AOS DEPENDENTES; PLANO DE SAÚDE AOS APOSENTADOS; CONVÊNIO COM ENTIDADES DE ENSINO E FARMÁCIAS; CONVÊNIOS COM CENTROS RECREATIVOS, dentre outras vantagens a serem divulgadas no portal eletrônico da entidade.

Parágrafo Segundo: Para ser beneficiado aos convênios e benefícios firmados pela entidade laboral o associado/sindicalizado deverá esta em dia com seus deveres junto ao SINDTRAGES.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - SINDICALIZAÇÃO

No processo de admissão as Empresas apresentarão formulários fornecidos pelas entidades sindicais para a proposta de associação ao Sindicato profissional.

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO DE AVISOS

As empresas colocarão à disposição do Sindtrages quadro de avisos para publicação de assuntos de interesse sindical, ficando proibidas quaisquer comunicações abusivas à moral e de caráter político partidárias.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas remeterão trimestralmente ao Sindtrages relação de todos os empregados com sua respectiva função e data de admissão.

Parágrafo Único: As empresas poderão se assim o desejarem, enviar as informações por meio de correio

eletrônico do Sindtrages (administracao@sindtrages.com.br ou juridico@sindtrages.com.br).

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS DESCONTOS DA CONTRIBUIÇÃO DAS MENSALIDADES PARA O SINDICATO

Tendo recebido autorização da Assembleia Geral dos empregados e respeitadas o que dispõem os arts. 545 e 462 da CLT ficam as empresas obrigadas a descontar de seus empregados, a título de Taxa Associativa em favor do Sindtrages, a importância equivalente a 1,0% (um por cento), a cada mês, aplicados sobre o salário bruto, inclusive, 13º salário e férias, não podendo ser superior a R\$ 40,00 (quarenta reais) para custeio das atividades do Sindtrages, subordinando-se tais descontos ao que estabelece o Estatuto do Sindicato Obreiro, devendo, o mesmo enviar às empresas a relação dos associados para que seja realizado o desconto.

Parágrafo Primeiro: Fica o empregador desobrigado a proceder ao desconto previsto no caput, caso não seja encaminhada pelo Sindtrages a relação de associados em tempo hábil, não implicando o não desconto em nenhuma infringência. .

Parágrafo Segundo: O recolhimento da contribuição mencionada no caput desta cláusula far-se-á em nome do Sindicato da Categoria Profissional, na conta corrente nº 1.534.189, Banco Banestes S/A, Agência 087, Itacibá, Cariacica/ES.

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO DIREITO À OPOSIÇÃO

A manifestação de oposição ao desconto mencionado na Cláusula referente a contribuições sindicais deverá ser feita pelo empregado pessoalmente junto à sede do Sindtrages a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro: Os empregados que laboram nos Municípios da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão), deverão apresentar sua oposição diretamente na sede do Sindtrages, sito na Av. Nair de Azevedo Silva, nº 450 - Lojas 02/04/06/08 e 10, Mário Cypreste, Vitória/ES - Cep: 29020-240.

Parágrafo Segundo: Os empregados dos demais Municípios poderão se manifestar de forma manuscrita e devidamente assinada, acompanhada de cópia da Carteira de Identidade, remetendo para a sede do Sindtrages, por meio de AR – (Aviso de Recebimento) no endereço constante do parágrafo anterior.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - JURISDIÇÃO

Será de competência da Vara do Trabalho de jurisdição da sede de cada empresa para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação da presente Convenção Coletiva, tendo as partes acordantes legitimidade para propor ação de cumprimento em favor de parte ou totalidade dos associados da respectiva Entidade Sindical.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA

Na eventual infringência por quaisquer das partes de cláusulas aqui pactuadas, incorrerá em multa correspondente a um salário normativo da categoria por empregado atingido em favor do Sindicato de Classe.

Parágrafo Único: A parte considerada prejudicada fica obrigada a enviar, previamente, notificação por escrito ao representante legal da parte infratora.

DAVID FREIRE

Presidente

SIND TRAB V. EMP TRAB AVULSOS ARMAZ GERAIS COM CAFE EM GERAL IMP E EXP NO
ES

CARLOS AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA

Membro da Junta Governativa

SINDICATO DO COMERCIO DE CAFE EM GERAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ANEXOS

ANEXO I - ATA 10.04.2015

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ABERTURA DA CAMPANHA SALARIAL e ENVIO DE PROPOSTA À CONVENÇÃO COLETIVA DE
TRABALHO 2015/2016

ATA DE REUNIÃO

10/04/2015

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10/04/2015, CONFORME EDITAL PUBLICADO NO JORNAL A TRIBUNA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2015, PAG. 19 DOS CLASSIFICADOS, PARA DELIBERAR SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA: **1)** Leitura e Aprovação do Edital de Convocação; **2)** Tirada de Pauta e Análise da Reivindicação da Campanha Salarial

2015/2016, a ser encaminhada aos Sindicatos Patronais ou diretamente às empresas para Negociação de Convenção Coletiva de Trabalho; **3)** Autorização para o **SINDTRAGES** negociar e aditar os termos da CCT e/ou ACT; **4)** Autorização para o **SINDTRAGES**, deflagrar greve e instaurar Dissídio Coletivo no caso de malogro nas negociações; **5)** Autorização para realização de Assembleias Itinerantes e transformação desta Assembleia em Assembleia Permanente até o encerramento das negociações; **6)** Aprovar critérios e formas de desconto do valor equivalente a 1% (um por cento) do salário de todos os trabalhadores, mensalmente, para fortalecimento sindical, nos termos do art. 8º, IV, da CF/88; **7)** Eleição da Comissão de Negociação, para acompanhar a Diretoria nas negociações coletivas; **8)** Assuntos pertinentes a Pauta

Realizada as catorze e trinta horas (14h00min), EM PRIMEIRO TURNO e as quinze e trinta horas (15h00min) EM SEGUNDO TURNO, do dia dez de abril do ano de dois mil e quinze (10/04/2015), no Na sede do Sindicato, situado na Av. Nair de Azevedo Silva, nº 450, Lj. 2, 4, 6, 8 e 10, em seu auditório, com todos os Trabalhadores em ARMAZÉNS GERAIS, ENTREPOSTOS ADUANEIROS (EADS), TERMINAIS ADUANEIROS, PORTO SECO, TRANSPORTADORAS, LOGÍSTICA, CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS EM GERAL, COMÉRCIO DE CAFÉ EM GERAL, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO EXTERIOR, BEM COMO MOVIMENTADOR DE MERCADORIAS EM GERAL NOS DEPÓSITOS, PÁTIOS, VEÍCULOS, VAGÕES E ALMOXARIFADOS DE EMPRESAS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES, BEM COMO OS TRABALHADORES QUE PRESTAM SERVIÇOS NA CONDIÇÃO DE AVULSOS E/OU TERCEIRIZADOS EM CARÁTER PERMANENTE OU NÃO, E AINDA EM EMPRESAS CUJA ATIVIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS SEJA SECUNDÁRIA OU MERAMENTE DE PRESTADOR DE SERVIÇOS, CONSIDERANDO A NATUREZA DE CATEGORIA DIFERENCIADA NOS TERMOS DA PORTARIA 3204/88 DO MTE, com abrangência territorial em ES, na forma do Edital de Convocação publicado no jornal A Tribuna, Edição do dia 22 de março de 2014, pág. 19 de março de 2014, na parte dos Classificados, em segunda convocação, realizou a Assembleia Geral Extraordinária convocada após ouvir os trabalhadores, principalmente, os que trabalham em Armazéns Gerais, Entrepostos Aduaneiros (EADS), Terminais Aduaneiros, Porto Seco, Centros de Distribuição de produtos em geral, Transportadoras, Logísticas e Trabalhadores do Comércio de Café em Geral, Exportação e Importação, que manifestaram insatisfação com os valores dos salários pagos e benefícios concedidos pela classe patronal. Aberta e instalada a Assembleia, sob a presidência do Diretor DAVID FREIRE, este, após certificar-se da existência do livro de registro de presenças colhendo assinaturas dos trabalhadores, verificou a existência de número legal e regular de membros dando início à leitura da ordem do dia com a finalidade de deliberar sobre a Pauta e Análise da Reivindicação da Campanha Salarial 2015/2016, a ser encaminhada aos Sindicatos Patronais ou diretamente às empresas para Negociação de Convenção Coletiva de Trabalho, onde as principais cláusulas são as seguintes: *CORREÇÃO SALARIAL; PISO SALARIAL; SUBSTITUIÇÃO DE FÉRIAS; PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS; RECRUTAMENTO INTERNO; LIDER DE GRUPO; PROMOÇÃO E AUMENTO SALARIAL; PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR; CESTA BÁSICA ALIMENTAR; HORAS EXTRAS; ADICIONAL NOTURNO; PLANO DE SAÚDE; DOS PAGAMENTOS QUINZENAIS/MENSAIS; CIPA; USO DO UNIFORME; ACIDENTE DE TRABALHO COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO; SEGURO DE VIDA; AUXÍLIO FUNERAL; COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO DOENÇA/ACIDENTE; GARANTIA DE EMPREGO DO FUTURO APOSENTADO; GARANTIA DE EMPREGO GESTANTE; SINDICALIZAÇÃO; AUXÍLIO CRECHE; LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS DIRETORES PARA ATIVIDADES SINDICAIS QUADRO DE AVISOS; RELAÇÃO DE EMPREGADOS; MULTA; DOS DESCONTOS DA CONTRIBUIÇÃO DAS MENSALIDADES PARA O SINDICATO; TRABALHADORES AVULSOS _ CONTRATAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL; CARTA DE REFERÊNCIA; BANCO DE HORAS; FIXAÇÃO DE OUTRAS VANTAGENS AOS ASSOCIADOS E SINDICALIZADOS; CONVÊNIOS; JURISDIÇÃO; e PRAZO DE VIGÊNCIA.* Antes de encerrar sua fala e esclarecimentos, o presidente informou que após encaminhamento da Proposta a presente Assembleia será soberana e Permanente para deliberar sobre a aprovação ou não das Negociações, disse que a Diretoria do SINDTRAGES esta empenhada para lutar por melhores melhorias da categoria, relatando sobre a árdua atuação da entidade junto aos sindicatos patronais. Ato contínuo, ouvindo os trabalhadores presentes, esse se mostraram preocupados com o cenário da economia atual, onde os salários não correspondem com as despesas diárias, declaram que os benefícios conquistados pela categoria tem ajudado, mas não são satisfatórios, o que se almeja é que os patrões sejam mais justos na hora de realizar o aumento salarial, reajustes e na hora de incluir cláusula benéficas a categoria, levando em consideração o lucro auferido, com o trabalho realizado. Concluídos todos os esclarecimentos e após indagar aos presentes se persistia alguma dúvida e todos se dizendo devidamente esclarecidos e satisfeitos, o senhor presidente colou em votação a proposta a ser apresentada ao sindicato patronal, que foi aprovada por todos. Neste instante,

apurado o resultado das votações, em primeiro e segundo turno, de acordo com vontade soberana dos trabalhadores, manifestada livremente no transcurso desta AGE, o senhor presidente declarou **aprovada a proposta laboral da ABERTURA DA CAMPANHA SALARIAL e ENVIO DE PROPOSTA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015 a serem encaminhadas ao SINDICAFÉ, SINDEPRES, SINCADES, TRANSCARES e SINDIEX, ficando o SINDTRAGES autorizado a celebrar Convenção Coletiva de Trabalho com os sindicatos patronais de sua categoria, bem como registrando que a presente assembleia é permanente até o final das negociações.** Não havendo quem mais quisesse fazer uso da palavra e nada mais tento a tratar o senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e mandou que fosse lavrada a presente ata, lavrada em 05 (cinco) laudas, que após lida e aprovada vai por mim, secretário *AD HOC*, LUCAS WENDELL DA SILVA FREIRE, advogado da entidade, inscrito na OAB/ES sob o nº 18.476, assinada, juntamente com o presidente e os demais membros da diretoria PRESENTES. Vitória/ES, aos dez de abril do ano de dois mil e catorze (10/04/2014).

DAVID FREIRE

Presidente do SINDTRAGES

ROMULO RODRIGUES DA COSTA

BALBINO FLORENCIO BARRETO RENATO

RENATO SANTANA

GLAUBERSON DE SOUZA OLIVEIRA

GENTIL FORTUNATO MENDES

CID ROBERTO LIMA

MARCOS ANTONIO G. LAJEDO

LUCAS WENDELL DA SILVA FREIRE

Advogado SINDTRAGES

Secretário *AD HOC*

ANEXO II - ATA 03.07.2015

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ANÁLISE DE CONTRAPROPOSTA À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2016

ATA DE REUNIÃO

03/07/2015

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 03/07/2015, PARA DELIBERAR SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA: 1) Leitura, Análise e Aprovação das Negociações e da Contraproposta informada pelo SINDICAFÉ para celebração da Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016; 2) Autorização para o **SINDTRAGES** encerrar as negociações coletivas com o SINDICAFÉ; 3) Assuntos pertinentes a Pauta.

Realizada as catorze e trinta horas (14h00min), EM PRIMEIRO TURNO e as quinze e trinta horas (15h00min) EM SEGUNDO TURNO, do dia três de julho do ano de dois mil e quinze (03/07/2015), no Na sede do Sindicato, situado na Av. Nair de Azevedo Silva, nº 450, Lj. 2, 4, 6, 8 e 10, em seu auditório, com alguns dos diretores que participaram das Reuniões junto ao SINDICATO PATRONAL, SINDICAFÉ, realizou a Assembleia Geral Extraordinária convocada após ouvir os trabalhadores, principalmente, os que trabalham em Armazéns Gerais no Comércio de Café em Geral, Exportação e Importação, que manifestaram insatisfação com os valores dos salários pagos e benefícios concedidos pela classe patronal. Aberta e instalada a Assembleia, sob a presidência do Diretor DAVID FREIRE, este, após certificar-se da existência do livro de registro de presenças colhendo assinaturas dos presentes, verificou a existência de número legal e regular de membros dando início à leitura da ordem do dia com a finalidade de deliberar sobre a contraproposta encaminhada pelo sindicato patronal (SINDICAFÉ) para a celebração de Convenção Coletiva com vigência nos anos de 2015 a 2016, onde foram apresentadas, sinteticamente, duas contrapropostas a serem analisadas, sendo a **primeira contraproposta** apresentada a seguinte: Piso Salarial reajustado em R\$ 962,28 (novecentos sessenta e dois reais e vinte e oito centavos), Correção Salarial em 6,5% (seis virgula cinco por cento), Programa de Alimentação em R\$ 236,50 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), Cesta Básica Alimentar em R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais) e as demais rubricas reajustadas em 8%, sendo elas: Seguro de Vida e Plano de Saúde; e, como **segunda proposta** apresentada pela classe patronal a seguinte: Piso Salarial reajustado em R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), Correção Salarial em 7% (sete por cento), Programa de Alimentação em R\$ 236,50 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), Cesta Básica Alimentar em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) e as demais rubricas reajustadas em 8%, sendo elas: Seguro de Vida e Plano de Saúde. Antes das propostas apresentadas serem levadas a votação, o presidente do SINDTRAGES relatou sobre as lutas enfrentadas pelo SINDTRAGES na busca de um aumento significativo nos salários e nos benefícios pleiteados pela categoria, em especial no que diz respeito aos reajustes das Cláusulas referente ao Piso Salarial e Cesta Básica Alimentar, que sempre representou o grande enfoque das negociações, declarou que ao longo das negociações a entidade patronal se manteve resistente em conceder aumento, por considerar que as empresas enfrentam uma crise, por conta do cenário político atual, porém foram bastante receptivos e ouviram com grande cautela as reivindicações da categoria, - declararam que não terão condições de arcar com reajustes, a não serem os que estejam colocados nas duas propostas apresentadas. Ato contínuo, foram ouvidos os trabalhadores, esses se mostraram preocupados com o cenário da economia atual, onde os salários não correspondem com as despesas diárias, declaram que os benefícios conquistados pelo SINDTRAGES são muito significativos em suas vidas, em especial ao benefício relativo a Cesta Básica Alimentar, a qual auxilia e muito nas compras diárias e na alimentação de suas famílias. Concluídos todos os esclarecimentos e após indagar aos presentes se persistia alguma dúvida e todos se dizendo devidamente esclarecidos e satisfeitos, o senhor presidente colocou em votação a contraproposta apresentada pelo sindicato patronal, onde apurado o resultado das votações, em primeiro e segundo turno, de acordo com vontade soberana dos trabalhadores, manifestada livremente no transcurso desta A.G.O., **POR UNANIMIDADE**, o senhor presidente declarou **aprovada a SEGUNDA proposta apresentada pelo sindicato laboral que diz respeito ao Piso Salarial da categoria em R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), Correção Salarial em 7% (sete por cento), Programa de Alimentação em R\$ 236,50 (duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), Cesta Básica Alimentar em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) e as demais cláusulas reajustadas em 8% (oito por cento), sendo elas: Seguro de Vida e Plano de Saúde**. Quanto à segunda ordem do dia, qual seja, autorizar o SINDTRAGES a encerrar as negociações, esta foi **aprovada por unanimidade**. Assim sendo, após lavrada a presente ata, será encaminhado o resultado e o envio da minuta de **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015 ao SINDICAFÉ**, sendo esta ata anexada, ficando o

SINDTRAGES autorizado a referendar e celebrar Convenção Coletiva de Trabalho com o sindicato patronal (SINDICAFÉ) de acordo com as rubricas informadas em votação. Não havendo quem mais quisesse fazer uso da palavra e nada mais tendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e mandou que fosse lavrada a presente ata, lavrada em 05 (cinco) laudas, que após lida e aprovada vai por mim, secretário *AD HOC*, LUCAS WENDELL DA SILVA FREIRE, advogado da entidade, inscrito na OAB/ES sob o nº 18.476, assinada, juntamente com o presidente e os demais membros da diretoria presentes. Vitória/ES, três de julho do ano de dois mil e quinze (03/07/2015).

DAVID FREIRE

Presidente do SINDTRAGES

ROMULO RODRIGUES DA COSTA

BALBINO FLORENCIO BARRETO RENATO

RENATO SANTANA

GLAUBERSON DE SOUZA OLIVEIRA

CID ROBERTO LIMA

MARCOS ANTONIO G. LAJEDO

LUCAS WENDELL DA SILVA FREIRE